ARTE NO PALÁCIO DA FAZENDA



ARTE NO PALÁCIO DA FAZENDA

EDIÇÃO COMEMORATIVA DOS 40 ANOS DE INAUGURAÇÃO DO PRÉDIO DO EDIFÍCIO-SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO RIO DE JANEIRO, REALIZADA PELO MUSEU DA FAZENDA FEDERAL
1943/1983

MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

Ernane Galvêas

SECRETÁRIO GERAL

Mailson Ferreira da Nóbrega

DELEGADO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Domingos Marques Grello

CAPA
Fachada principal

4.ª CAPA
Um dos painéis em mosaico cerâmico de tema indígena, executado por Paulo Werneck.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Delegacia do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Divisão de Administração
Seção de Documentação
Museu da Fazenda Federal

ARTE NO PALÁCIO DA FAZENDA

Rio de Janeiro-RJ
1983

Referência bibliográfica:

BRASIL. Museu da Fazenda Federal. *Arte no Palácio da Fazenda.* Rio de Janeiro, 1983. 88 p., ilust.

Ficha catalográfica:

Brasil. Museu da Fazenda Federal.
Arte no Palácio da Fazenda. Rio de Janeiro, 1983.
88 p. ilust.

Edição comemorativa dos 40 anos de inauguração do prédio do Edifício-sede do Ministério da Fazenda.

Bibliografia: p. 83.

1. Brasil. Ministério da Fazenda – Edifícios. 2. Brasil. Ministério da Fazenda – Arte. I. Título.

BMF/RJ /353.33/

SUMÁRIO



Fachada principal

DO velho casarão da Av. Passos, escuro, anti-higiênico, acanhado e quase em ruínas, as repartições da Fazenda foram transferidas, algumas para o Edifício da Caixa de Amortização, sem condições apropriadas e outras, em muito maior número, disseminadas por prédios alugados em vários pontos do centro da cidade, obrigando a desperdício de tempo a quantos necessitavam tratar dos seus interesses. Além disso, a verba destinada a aluguéis aumentava vertiginosamente.

Por este motivo ao Ministro Artur de Souza Costa, profundo conhecedor dos negócios públicos, não poderia passar despercebida a necessidade inadiável da centralização em um só edifício de todos os serviços do seu Ministério, a fim de conseguir-se a desejada unidade de direção e fiscalização.

Em 29 de julho de 1934, pelo Decreto n.º 24.504, foi autorizada a construção de um edifício para servir de sede a todas as repartições do Ministério da Fazenda e Tribunal de Contas.

Inicialmente, ficou deliberado que, após a demolição do antigo prédio, com sede na Av. Passos e Travessa das Belas Artes, seria ali erguido o novo edifício dotado de instalações modernas e higiênicas.

Para esse fim, como é de praxe, abriu-se um concurso de anteprojetos, ao qual se apresentaram profissionais desta cidade e de São Paulo.

O primeiro prêmio coube aos arquitetos Enéas Silva e Wladimir Alves de Souza, cujo projeto foi desenvolvido em linhas modernas de feição racional, predominando na fachada principal o *brise soleil.*

Depois foi decidido que seria construído na Esplanada do Castelo em terreno permutado com a Prefeitura do antigo Distrito Federal. O projeto premiado era de nove pavimentos e subsolo; no entanto, para o novo local, foi necessário novo projeto de acordo com

a configuração do terreno, cujo edifício pudesse abrigar todas as repartições, com exceção da Alfândega.

Por iniciativa do Ministro, foi criado o "Escritório Técnico", para efeito de elaboração do projeto, direção e fiscalização das obras, constituído de um núcleo reduzido de auxiliares e de um grupo mais numeroso de técnicos, arquitetos e desenhistas.

Fizeram parte da Comissão de Construção ou Escritório Técnico os seguintes funcionários:

Engenheiro Chefe da Comissão

– Ary Fontoura de Azambuja

Engenheiros Civis

– Liberato Soares Pinto
– Petrônio Barcelos
– Homero Duarte

Engenheiros Arquitetos

– Luiz Eduardo Frias Pereira de Moura
– Edgard de Oliveira Fonseca
– Luiz Manoel Vilela
– Otto Eduardo Raulino
– Luiz Paulo de Oliveira Flores
– Rubens Moreira Torres

Especificações:

Área do terreno – 9.360m^2;
Área total construída – 102.000 m^2;
Despesa total da construção e instalação – Cr$ 73.023.411,00(ant.)
Firma construtora – Cavalcanti Junqueira S.A.;
Início da obra – 1.º de agosto de 1939;
Conclusão da obra – 10 de novembro de 1943.

Convém frisar que as obras foram orçadas antes da guerra e iniciadas em 1939, do que resultou terem sido executadas integralmente num período de profundas perturbações econômicas. E segundo o relatório do Prof. Ary Fontoura de Azambuja, Chefe, da Comissão de Construção, que menciona: "será forçoso reconhecer que o edifício do Ministério da Fazenda quer se o encare sob o ponto de vista estético, quer sob a influência que exercerá na saúde dos funcionários e aumento da sua capacidade de trabalho, quer sob a consolidade que oferece ao público, representado na sua totalidade pelas classes produtivas, quer como mais um monumento arquitetônico a embelezar a Capital da República, e ainda, principalmente, sob o ponto de vista econômico, representa um grande serviço prestado ao país e constitue um dos mais felizes empreendimentos do atual governo".

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1944.



Escultura fundida em cerâmica vidrada, executada sob tema indígena por H.L. Velloso, encontra-se no jardim do 14.º andar.

Lançamento da pedra fundamental a 3 de outubro de 1938 em comemoração ao 8.º aniversário da Revolução de 1930.

Realizou-se, na Esplanada do Castelo, o lançamento da pedra fundamental do novo edifício do Ministério da Fazenda. A esse ato, que foi presidido pelo Presidente Getúlio Vargas, compareceram os Ministros Oswaldo Aranha, Eurico Gaspar Dutra, Artur de Souza Costa, Waldemar Falcão, Mendonça Lima, Gustavo Capanema – Prefeito Henrique Dodsworth, Herbert Moses – Presidente da ABI, Romero Estellita – Diretor-Geral do Tesouro, demais Diretores e Chefes de Serviços do Ministério da Fazenda, bem como representantes de outros Ministérios. Leu a ata o Sr. Romero Estellita, a qual foi assinada por todos os presentes.

O Ministro Artur de Souza Costa pronunciou um discurso, saudando o Presidente Getúlio Vargas. Após, então, foi encerrada e lacrada na urna a ata, assim como jornais do dia, moedas etc.

O GLOBO, Rio de Janeiro, 04 de out. 1938. p. 2.



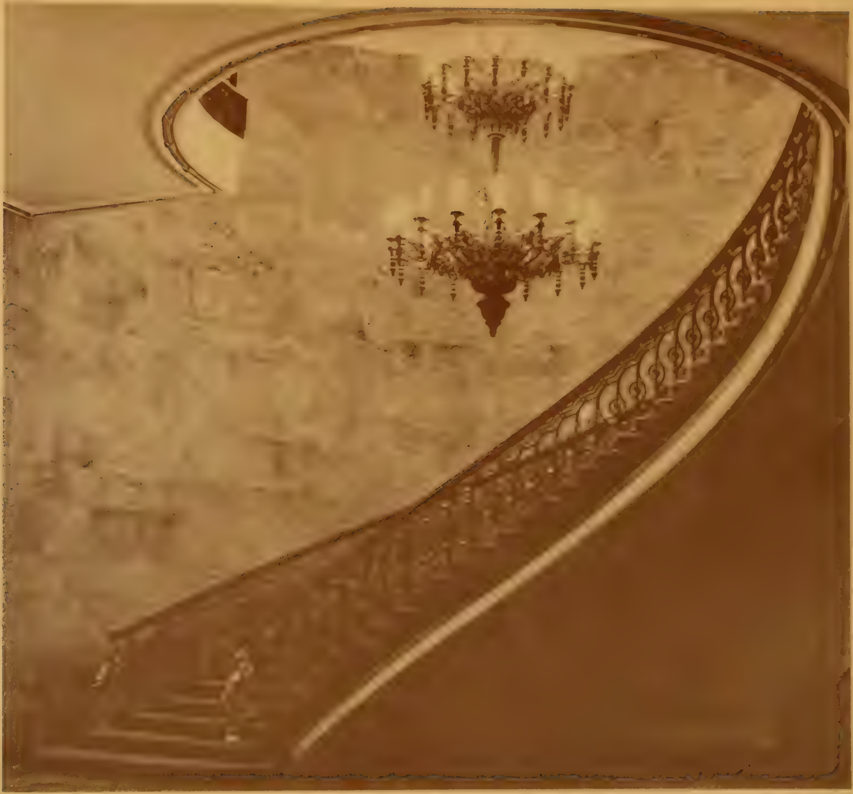
Um dos vasos de granito e bronze colocados no pórtico do edifício, confeccionados por H. Cozzo

O aspecto arquitetônico do edifício do Ministério da Fazenda é o que se denomina "espírito néo-clássico", estilo este escolhido pelo próprio Ministro Artur de Souza Costa, durante a fase da elaboração do projeto de construção. Assim, vamos relacionar uma série de curiosidades sobre o prédio, abordando alguns aspectos sobre o material empregado, decoração e despesas relacionadas com as instalações e inauguração.

- A área útil do edifício é de cerca de 85.000 m^2, a área da Av. Rio Branco à Praça Mauá, é de 63.000 m^2.
- Em todo o edifício existem 4.905 portas e janelas; somente os fios de instalação elétrica dariam para ligar o Rio de Janeiro a Petrópolis.
- O pórtico principal todo em mármore brasileiro é em estilo dórico primitivo. As colunas têm a altura de 9,50 metros. Os vasos de granito colocados em ambos os lados pesam, cada um, cerca de 10.000 quilos.
- No 14.º andar existiu uma Sala de Refeições, com capacidade para 360 pessoas. A cozinha poderia preparar até 1.000 refeições horárias; hoje, no local, funciona o Setor de Sistemas Especiais do SERPRO.
- A Biblioteca, no 12.º andar, que reúne condições e recursos para perfeito funcionamento, tem capacidade para cerca de 150.000 livros.
- O Salão Nobre, no 10.º andar, destinado aos atos solenes na vida do Ministério da Fazenda, foi feito em estilo Luiz XVI. Os belos lustres de cristal foram oferecidos pelo Banco do Brasil e são da autoria do Professor Oreste Fabri.
- No térreo existiram 186 *guichets* que serviram às antigas tesourarias e pagadorias; os balcões de mármore medem mais de 1.300 metros de extensão.

- Os desenhos artísticos dos portões e das grades decorativas foram feitos pelo Professor Oreste Fabri.
- O calçamento em volta do prédio é de pedra portuguesa; gastou-se para 2.768,70 m^2 a quantia de Cr$ 122.611,30 (antigos).
- Existiam em cada andar bebedouros com água gelada, num total de 119.
- O relógio do hall principal com algarismos romanos foi feito pela firma T. C. Teixeira Gomes & Cia e custou Cr$ 1.166,40 (antigos).
- O serviço de inauguração, servido pela Cia. Hotéis Palace, custou Cr$ 50.000,00 (antigos), na ocasião foram servidas 100 garrafas de champagne nacional pelo preço de Cr$ 6.000,00 (antigos).
- Os convites para a inauguração foram confeccionados por Paul Nathan em número de 1950 e custaram Cr$ 3.775,00 (antigos).
- A mudança do Ministério custou Cr$ 300.000,00 (antigos).
- Existiam nas mesas dos Chefes de Seção cinzeiros de mesa em bronze fundido, executados pela firma Abramo, Eberle & Cia; eram ao todo dois mil exemplares, gastou-se Cr$ 30,00 antigos por unidade.
- As métopas, baixos relevos que estão no pórtico do edifício foram confeccionados em mármore, em estilo grego sob o tema "Principais fontes de renda do País", pelo escultor Humberto Cozzo. São no total trinta e dois, sendo dezesseis do lado esquerdo, representando as produções naturais e, dezesseis do lado direito, representando forças espirituais, industriais e comerciais. Preço total: Cr$ 264.000,00 (antigos).
- Existiam 1284 algarismos em metal cromado distribuídos pelas salas do 2.º ao 14.º andar. Foram confeccionados pela firma N. Guerrieri & Cia., pelo preço total de Cr$ 5.958,50 (antigos).
- Existem 57 letras formando três letreiros MINISTÉRIO DA FAZENDA, foram confeccionados pela firma Emoingt & Cia. Ltda., pelo preço total de Cr$ 9.690,00 (antigos).
- Existiam no jardim do 14.º andar 24 vasos de cerâmica executados

Uma das escadas do hall principal



pelo artista H. L. Velloso, pelo valor total de Cr$ 31.200,00 (antigos).

- Os 16 elevadores, que antes eram automáticos, hoje são eletrônicos; apenas o elevador que serve ao arquivo e o monta-livros da Biblioteca do Ministério da Fazenda, continuam os mesmos da época da inauguração.
- A limpeza para conservação do prédio que antes era feita por serventes pertencentes ao quadro de funcionários estatutários, hoje é feita por serventes contratados por firma particular, idêntica forma para a segurança do prédio.
- Hoje, o Ministério da Fazenda possui 23.328 lâmpadas fluorescentes, 1.211 aparelhos de ar condicionado, 321 extintores de incêndio e 557 torneiras em geral.
- Possui, também, desde 1976, Geradores de Energia, para serem usados como sistema de emergência em caso de falta de luz. Atendem a determinadas partes do prédio, tais como: elevadores, gabinetes em geral, Serviço Nacional de Informações, Serviço Federal de Processamento de Dados, Central PABX e Telex.



Escultura fundida em cerâmica vidrada, executada por H.L. Velloso.



Guichets que se encontravam em uma das alas do pavimento térreo.

A MUDANÇA

Constituiu grave preocupação a mudança de todas as repartições do Ministério para o novo edifício. Esparsas por toda a cidade, cada qual com carga diversa e valiosa, a sua transferência para a nova sede foi, sem dúvida, sério problema. Tudo, porém, foi previsto, de forma que a mudança foi feita sem atropelos e confusões.

Começou a 14 de novembro e terminou a 2 de janeiro de 1944.

Foram transportados cerca de 53.000 volumes.

Cada funcionário recebeu, com 10 dias de antecedência, instruções minuciosas sobre o modo de proceder a mudança.

A NOITE – 08 nov. 1943.

INSTRUÇÕES PARA A MUDANÇA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

I – Generalidades

Inaugurando o novo edifício deste Ministério, procede-se, agora, à mudança de todas as suas repartições e serviços.

É evidente que o êxito dessa mudança depende da cooperação de cada um e do método com que for realizada.

Cooperação haverá porque ela existe no espírito dos servidores do Ministério. Apenas do método, portanto, é que tratam estas instruções.

II – Daquilo que será objeto da mudança

Separando quanto à natureza, serão levados para as novas instalações: 1) Valores; 2) Processos; 3) Objetos quebráveis; 4) Material de expediente; 5) Máquinas de escrever, calcular, somar, perfurar,

grampear, ventiladores, etc.; 6) Máquinas Hollerith; 7) Mobiliário e cofres e 8) Diversos.

III – Do procedimento geral

– Deve ser o seguinte:

1.º) Quanto aos valores: obedecer às instruções especiais, para tal fim baixadas;

2.º) Quanto aos processos e demais documentos: fazer um ou mais amarrados, colocando na parte superior um rótulo amarelo;

3.º) Quanto aos objetos quebráveis: fazer e entregar ao encarregado da mudança um ou mais embrulhos, usando o rótulo vermelho;

4.º) Quanto ao material de expediente (tinteiros, canetas, lápis, etc.) embrulhar usando o rótulo verde;

5.º) Quanto às máquinas de escrever, etc.: deixar sobre a respectiva mesa de trabalho;

6.º) Quanto às máquinas Hollerith: obedecer às instruções especiais;

7.º e 8.º) Quanto a imobiliário, cofres e diversos: somente serão aproveitados no novo edifício as peças que foram previamente rotuladas.

IV – Dos rótulos e sacos de transporte

Os rótulos, pela sua cor, darão logo a informação da natureza do material contido nos pacotes em que foram apostos.

Quanto aos dizeres, devem ser preenchidos a maquina, de acordo com as informações constantes das indicações individuais

Os embrulhos correspondentes a um grupo de servidores ou, a critério do Encarregado da Mudança da Repartição, de servidor, etc., serão colocados em um saco especial. Por sua vez, este saco receberá um rótulo com o nome e indicações de um dos servidores cujos embrulhos neles estiverem contidos. Os sacos são fechados com alicate-

segurança e só poderão ser abertos pelo servidor indicado no respectivo rótulo.

V — Dos Encarregados da Mudança

Para cada repartição ou serviço foram designados "encarregados" de Mudança, constituindo sua atribuição em orientar todos de acordo com as instruções especiais que lhes forem fornecidas, e fazer a entrega aos carregadores, de tudo o que estiver rotulado.

VI — Das indicações individuais

O Sr.. . . . .
. . . . deverá:

a) A partir das . . . . . . horas do dia . . . ., preparar os amarrados ou pacotes de que trata o item IV;

b) retirar-se da repartição logo que houver feito os seus pacotes, não permanecendo no recinto da mesma, sob nenhum pretexto, salvo se tiver recebido encargo especial;

c) apresentar-se no dia . . . . . ., às . . . . . horas no . . . . . andar, sala . . . . . do novo Edifício do Ministério, ingressando pela Avenida Aparício Borges e ocupar a mesa n.º . . . . .

VII — Dos servidores ausentes

Os pacotes dos ausentes serão feitos com os respectivos rótulos, por um dos funcionários designados para tal fim pela chefia do serviço.

VIII — Do material

O material para embalagem será distribuído pelos "encarregados" da mudança, de acordo com as suas instruções especiais.



Detalhe de um dos baixos relevos simbolizando a navegação, o trabalho, o comércio e a indústria. Encontra-se no hall principal e foi executado pelo escultor H. Cozzo.

TRECHOS DO DISCURSO DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS DURANTE A CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO DO NOVO EDIFÍCIO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

"Senhores, ao inaugurar este sólido e imponente edifício, sede condigna do Ministério da Fazenda, obra em que a capacidade construtiva, a clara inteligência e o gosto de ordem do Ministro Souza Costa, mais uma vez se revelaram . . . .

Cumpre o Estado dar bom exemplo de instalações higiênicas e confortáveis, onde o trabalho não seja desagradável para o exercício adequado das energias humanas . . . .

Senhores . . . . teremos de empreender no imediato após-guerra, a reforma completa do nosso antiquado sistema tributário e a reorganização bancária, indispensável ao desenvolvimento das finanças nacionais.

Dispondo de condições propícias, podendo centralizar e acomodar todo o seu pessoal, o novo Ministério da Fazenda reflete a nossa situação atual e se presta a um confronto e edificante com as épocas passadas. O velho edifício da Av. Passos, insuficiente e colonial, correspondia a nossa posição de país devedor, onerado pela carga de juros e amortizações, resgatando empréstimos com empréstimos e fazendo *"fundings"* ruinosos para a economia nacional, em proveito exclusivo dos banqueiros internacionais, até a revolução de 1930 modificar o panorama geral das nossas finanças, revendo tais compromissos, que terão de ser adaptados às circunstâncias novas ou suspensos, enquanto não se verificar o necessário reajustamento. O alojamento provisório da Av. Rio Branco marcou a época de transição, da mesma forma que este monumental edifício mostra a prosperidade alcançada, que se há de tornar maior com o nosso trabalho fecundo e garantirá ao Brasil a posição independente e digna que conquistou no concerto das nações civilizadas.

(extraído da FOLHA DE MINAS – Belo Horizonte, MG)

DISCURSO DO MINISTRO ARTUR DE SOUZA COSTA, DURANTE A CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO.

"Senhor Presidente:

O Palácio da Fazenda, que Vossa Excelência, neste momento, inaugura, constitui mais um dos grandes cometimentos do esclarecido espírito, sob cujas inspirações tudo se vem renovando no Brasil, tudo se vem construindo, desde as instalações compatíveis com a dignidade do serviço público até os fundamentos e as arquitraves da vida econômica e social da Nação.

O historiador oportuno da extraordinária fase que o Brasil está vivendo a partir de 1930, ano em cujo limiar se lhe descortinaram as perspectivas de um futuro ainda maior do que o presente, que ora usufruímos, o historiador melhor projetará na compreensão coletiva, o sentido dinâmico e as virtudes inatas do equilíbrio que marcam a ação de Vossa Excelência, visando legar aos pósteros uma Pátria que alie à sua grandeza material um patrimônio de realizações equivalentes.

Conhecem todos os que vivem nesta Casa quão insistentes e numerosos foram os obstáculos que a administração federal houve de vencer, para iniciar a majestosa construção que hoje se inaugura.

Preparávamos uma injustificável contradição. De um lado, avultava a necessidade premente de instalar e agrupar tantos serviços públicos de maneira condigna, a fim de que os mesmos pudessem atingir, plenamente, os objetivos determinantes de sua criação; de outro lado, dominava a insistência com que se entravam todas as resoluções, ao invés de acelerar o ritmo do progresso do Brasil.

Logo no primeiro ano do regime instituído em 10 de novembro de 1937, Vossa Excelência lançou a pedra fundamental deste monumento, que constitui, como já tive oportunidade de acentuar, a primeira sede construída com o especial destino de servir para a instalação desta Secretaria de Estado.

Detalhe de um dos baixos relevos simbolizando a flora, fruticultura e cereais. Encontra-se no hall principal e foi executado pelo escultor H. Cozzo.





Métopas
Baixos relevos destinados ao pórtico do edifício. Confeccionados em mármor em estilo grego sob o tema "Principais fontes de renda do País", pelo escultor Humberto Cozzo (32 baixos relevos) 16 do lado esquerdo representando as produções naturais e 16 do lado direito representando forças espirituais, industriais e comerciais.

Agricultura

Nela dispendemos recursos na importância de Cr$ 54.390.000,00, tendo-se realizado todas as obras de acordo com as previsões orçamentárias, o que corresponde a um preço unitário de Cr$ 533,00 o metro quadrado de construção.

Com a instalação dos serviços, mobiliário e mudança, dispendemos Cr$ 17.420.000,00, ficando, assim, a despesa em Cr$ 71.810.000,00, o que corresponde a Cr$ 704,00 por metro quadrado do edifício construído, instalado e com todas as suas repartições em pleno funcionamento.

Prevaleceram na administração desta obra e no seu planejamento, todos os princípios por cuja adoção esta Secretaria de Estado não se cansa de insistir, para o bom resultado dos empreendimentos do Governo.

Foi ela precedida de um estudo pormenorizado e circunstanciado, nos seus vários aspectos. Tudo foi previsto e calculado, de modo que nada se teve de refazer nem alterar e, conseqüentemente, nenhuma parcela dos créditos foi aplicada inutilmente.

Observou-se rigor e presteza na realização de todas as concorrências, o que determinou um espírito generalizado de confiança nas firmas concorrentes, tendo podido, assim, o Tesouro aproveitar as vantagens decorrentes da dispensa de margens elevadas para eventuais.

Nos acabamentos da obra foi sempre observado o critério de dispensar o que era suntuário, em benefício do que era útil e cômodo aos objetivos em vista.

Longo seria este discurso se eu viesse a enumerar a Vossa Excelência, neste instante, todas as circunstâncias que influíram em tão favoráveis resultados e se resumem na construção do mais belo monumento arquitetônico da linda capital do Brasil, por um preço de edificação que não teme confronto com qualquer outro, quer na construção pública, quer na construção privada e isso não obstante todas as dificuldades decorrentes do estado de guerra. Para isso contribuiu o alto espírito do ilustre prefeito Dr. Henrique Dodsworth, concordando com a permuta do terreno onde se encontrava o velho prédio do

Ministério da Fazenda, à Avenida Passos, por este onde se fez a construção, independente de qualquer contribuição, o que assinalo com especial satisfação".

Meus senhores:

Se quisermos eleger o fator que mais poderosamente está determinando o apogeu da fase atual do Brasil, teremos de situá-lo na clarividência do espírito construtivo de Getúlio Vargas. Esse espírito se define, por sua vez, preponderantemente, no interesse com que procura fazer do homem uma força capaz de ajustar-se à grandeza natural da nacionalidade.

É indiscutível que, na órbita internacional, como na esfera da vida de cada povo, ocupa o fator humano, na hierarquia dos valores, a suprema posição. O homem representa a base da civilização, tanto sob o aspecto econômico, como social e moral. O homem faz parte da paisagem em que vive, não meramente como espectador, mas como elemento predominante no conjunto da vida.

Já foi dito que a decadência física e social, de que nos oferece testemunho a história dos povos, demonstra, cabalmente, a incapacidade que feriu o homem, impossibilitando-o para aceitar a responsabilidade que lhe cabe no quadro natural da existência. Somos agentes de primeira ordem no campo da evolução, embora caiba a última palavra à natureza. A natureza faz a opulência das nações, mas é o homem que forma a sua grandeza social, política e econômica.

Seja-me permitido relembrar, aqui, um conceito de Cordell Hull quando, recebendo os delegados da ciência do novo mundo ao VIII Congresso Científico Americano, lhes dizia que constitui o dever de cada um a lealdade à Pátria e o desvelo pelas necessidades do seu país, sem prejuízo de uma outra lealdade comum: lealdade à raça humana e ao destino do homem. Onde quer que surja um problema ou avulte uma necessidade, impõe-se o valor do homem para solver o primeiro ou remediar a segunda.

Trigo e milho.



Tudo tem sido a resultante dessa energia, quer trate do progresso célere das nações ou de sua decadência não menos vertiginosa.

Por toda parte domina a sua iniciativa e por toda parte se faz sentir a sua responsabilidade no destino mundial, decidindo, assim, da sorte feliz ou do infortúnio das nações.

Isso assume o sentido de uma verdade, de tal modo dominante, ao ponto de já se ter chegado a afirmar que o homem constitui a verdadeira medida das coisas.

No torvelinho da fase que passa, como se no seu recôndito forças misteriosas e energias insondáveis estivessem lançando as bases de uma era nova, podemos ter o orgulho de dizer que a nação brasileira está reunindo todas as suas energias para tornar ainda maior o seu destino, quando, subjugadas as forças do mal, que tentam, vandalicamente, destruir a civilização, houver de soar o instante supremo da vitória, que constituirá o exórdio da obra de reconstrução dos povos, fundamentada no direito, na liberdade e na justiça.

Foi o gênio construtivo de Getúlio Vargas que preparou a Nação para cumprir as grandes responsabilidades que, no conjunto da vida internacional, lhe serão atribuídas na hora da redenção dos povos livres.

A magnitude deste Palácio em que se vão instalar as repartições do Ministério da Fazenda, situadas na metrópole da República, é um testemunho objetivo da importância do fator humano na hierarquia dos valores.

Foi preponderantemente decisivo o seu influxo na planificação e na construção deste edifício. Sem o entusiasmo, sem a tenacidade, sem a aptidão de um conjunto de valores técnicos, que atuam no Ministério, teria sido tarefa de execução não só árdua, mas quase impossível de empreender numa construção de semelhantes proporções e a que não faltaram sérios esforços a vencer.

Quanto maiores, no entanto, estes se apresentaram à execução tanto mais resolutas e esclarecidas se afirmaram as aptidões

integradas na realização do que se planificara de modo refletido, com o intuito de servir ao interesse coletivo.

Dispondo de valores novos e bem orientados, o administrador da coisa pública se sente fortalecido por uma vanguarda de ação irresistível. Foi o que aconteceu no decurso de todas as fases por que passou a construção do Palácio da Fazenda.

A elaboração dos planos e a direção de todos os trabalhos foram confiados a uma Comissão composta de engenheiros moços e cheios de valor, cujos nomes se acham gravados na placa comemorativa deste acontecimento, cumprindo-me destacar dentre eles os dos Drs. Ari Azambuja, com 40 anos, engenheiro civil pela Escola Politécnica; Luiz Eduardo Frias Pereira de Moura, com 34 anos, engenheiro arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes e Liberato Soares Pinto, com 41 anos, engenheiro civil pela Escola de Engenharia de Porto Alegre. Ari Azambuja dirigiu, com largo espírito de compreensão e grande capacidade os trabalhos da comissão; Luiz Moura teve a seu cargo a orientação e execução dos projetos arquitetônicos e respectivos detalhes artísticos e construtivos; e Liberato Soares Pinto elaborou todas as especificações e orçamentos. Os trabalhos de instalação e mudança foram confiados a outra comissão, sendo dignos de destaque pela competência e dedicação com que se desincumbiram de suas funções os Srs. engenheiro Filinto Epitácio Maia, do D.A.S.P., e capitão Zeno Marques de Sousa Zielinsky, do meu gabinete.

Nada é mais agradável ao ministro de Estado, nesta ocasião, do que ressaltar o testemunho da confiança do Governo, depositada nas gerações que se vão munindo dos instrumentos da cultura, fortalecidas por princípios sadios, para que possam bem desempenhar os encargos que as circunstâncias lhe vão atribuindo.

Em 20 de dezembro de 1941, falando aos novos bacharelandos da Faculdade Nacional de Direito, o presidente Getúlio Vargas, animado pela preocupação da formação desses valores, dizia que todas as reformas empreendidas pelo Governo, após 1930, foram orientadas por um pensamento único, por uma idéia mestra: o reforço da unidade nacional, visando conclamar os moços a que marchem, corajosamente,

para a vida, aprendendo, praticando e exercendo as virtudes supremas da ação. Eis aí fixada a norma desde então invariavelmente seguida, com o objetivo da formação e do estímulo dos valores, sem os quais se torna tudo difícil empreender, na falta dos quais só muito arduamente o administrador consegue remover os entraves que se acumulam no caminho que conduz a qualquer realização duradoura.

Tenho a certeza de que aqueles conceitos se aplicam, de plena justiça, à construção do Palácio da Fazenda. Todas as dificuldades foram vencidas, porque tudo foi cuidadosamente previsto, para atender às necessidades presentes e às exigências futuras da vida do país.

É ponto pacífico, em matéria de organização, o de que a eficiência do serviço público exige, a um só tempo, elementos humanos aptos a executá-lo e boas condições materiais de instalação, de modo a criar um ambiente que propicie o estímulo das atividades.

O Governo vem pondo em prática semelhante princípio nas repartições do Estado, estendendo sua aplicação a todos os setores em que atua o trabalho nacional.

Por isso, é justo dizer que a ação do presidente Getúlio Vargas tudo reconstrói e renova, para que o Brasil vença, em decênios, etapas que não foram vencidas durante lapsos de tempo consideravelmente mais amplos.

Tenhamos fé em que a Nação, conduzida por um guia dessa envergadura, protegida pelo seu patriotismo, assistida nos seus interesses pelo seu espírito arguto, equilibrado e esclarecido, atingirá a plenitude dos seus destinos gloriosos.

Sobram-nos razões para tal otimismo, porque ele se apoia na realidade pujante do momento nacional que atravessamos, quando o nome do Brasil representa um padrão de trabalho persistente, de esforço bem organizado no conjunto do continente americano, projetando-se no cenário internacional com o sentido de uma força idealista que, decididamente, participa dos sacrifícios da hora atual, a fim de

que o mundo ressurja das cinzas da luta mais tremenda em que se viu mergulhado. Com ânimo cada vez maior continuaremos nosso trabalho no portentoso edifício em que o Governo, desde hoje, instala o Ministério responsável pela gestão das finanças nacionais".



Garimpeiros



Cacau, açúcar e café

Cinzeiro tipo luxo.
A bacia, os pés, as palmetas, as alças, as argolas e o friso decorativo, são de bronze verdadeiro, patinado em verde florentino. As pernas e demais partes da armação são de ferro batido rústico.
Foi projetado pelo arquiteto Luis Moura e executado pela firma Thomaz C. Teixeira Gomes &Cia. A peça foi destinada aos halls e galerias do edifício.
Preço unitário:
Cr$ 1.250,00 (antigos)



INAUGURAÇÃO E VISITAÇÃO PÚBLICA

— 10 de novembro (quarta-feira)

15 h 30 min - Entrada dos convidados especiais, portadores de convites nominais, no pórtico principal (Av. Aparício Borges), hoje Av. Pres. Antonio Carlos, onde aguardaram o Exmo. Sr. Presidente da República.

16 h - Chegada de S. Excia. o Sr. Presidente da República, recebido por todos os Ministros de Estado, Corpo Diplomático e altas autoridades civis e militares. Logo após a sua chegada, o Exmo. Sr. Presidente da República se dirigiu para o local previamente designado, onde o Ministro Artur de Souza Costa proferiu um discurso. Em seguida, o Sr. Presidente da República descerrou a placa inaugural, e ao mesmo tempo todo o edifício foi iluminado, sendo hasteada a bandeira na fachada principal, ao som do Hino Nacional.

16 h 30 min - Homenagem do Ministro da Fazenda ao Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas, sendo, então, descoberto o busto em bronze de S. Excia. A seguir os presentes percorreram todo o edifício do Ministério.

— 11 de novembro (quinta-feira)

15 h - O edifício do Ministério da Fazenda foi franqueado aos servidores do Ministério da Fazenda, do Tribunal de Contas e do Departamento Administrativo do Serviço Público, bem como Exmas. Famílias.

— 12 de novembro (sexta-feira)

Foram convidados a visitar o Ministério da Fazenda:

13 h - Os construtores, engenheiros e arquitetos do antigo Distrito Federal.

14 h 30 min - Os componentes das profissões liberais e Exmas. Famílias.

16 h - Os comerciantes e comerciários e Exmas. Famílias.

17 h 30 min - Os banqueiros, industriais, bancários e industriários, bem como Exmas. Famílias.

19 h - O público em geral.

Neste dia as visitas cessaram às 21 h.

— 13 de novembro (sábado)

Foram convidados a percorrer as dependências do Ministério da Fazenda:

13 h - Os corpos discente e docente dos estabelecimentos de ensino superior, secundário e primário do antigo Distrito Federal.

14 h 30 min - Os militares e Exmas. Famílias, bem como os combatentes das Nações Unidas que porventura se encontravam nesta capital.

16 h - O funcionalismo federal, municipal e das entidades paraestatais ou autárquicas e Exmas. Famílias.

17 h 30 min - Os componentes das associações de classe.

19 h - O público em geral;

Neste dia as visitas terminaram às 22 h.

— 14 de novembro (domingo)

09 h - Foram convidados a visitarem o Ministério, todos os empreiteiros de obras e serviços para construção e instalação do edifício, bem como os seus operários e Exmas. Famílias.

A NOITE 08 nov. 1943.

REGIMENTO INTERNO DO NOVO EDIFÍCIO (1945)

Dentre os diversos itens destacam-se os seguintes:

- De acordo com normas estabelecidas para o funcionamento do novo edifício do Ministério da Fazenda, em todos os recintos comuns — halls, elevadores, galerias, escadas, etc., não será permitido aos funcionários andar sem paletó e gravata e aos subalternos com o fardamento desabotoado ou sem a placa com o respectivo número, que deverá ser usado do lado esquerdo. Os operários da administração não podem andar sem o macacão adotado.
- Para perfeita atualização, qualquer servidor que trabalhar no Ministério, ao mudar de sala e até de mesa, deverá dar ciência à Administração, dentro de 24 horas.
- Não se deve lançar papéis usados, ou pontas de cigarros no "hall", salas, sanitários, galerias, escadas e elevadores.
- A limpeza e conservação serão sempre feitas fora das horas do expediente das repartições. Quando o expediente se estender além do horário habitual de trabalho, o chefe da repartição ou serviço deverá dar ciência à Administração.
- Nas relações com o público dar informações precisas, ser diligente e cortêz, não se esquecer de que o Estado paga aos servidores para servirem o público.



Vaso de cerâmica executado por H.L. Velloso para o jardim do 14º andar



Tocheiros de bronze verdadeiro fundido, com pátina em verde pompeiano, colocados no pórtico da fachada principal. Confeccionados por Silvestre & Irmão.

DEPOIMENTOS

DEPOIMENTO DO PROFESSOR WLADIMIR ALVES DE SOUZA

Local: Salão Nobre do Museu Nacional de Belas Artes

Data: 25 de outubro de 1982

Assunto: PROJETO DO EDIFÍCIO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA (Rio de Janeiro)

Nota explicativa

Em 1936 os arquitetos Wladimir Alves de Souza e Enéas Silva, foram classificados em primeiro lugar no Concurso Público de Projetos para o Edifício do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro.

O projeto era para ser executado no mesmo local onde existiu o prédio do Tesouro Público, (Av. Passos e Travessa das Belas Artes), mas por determinação do Ministro da Fazenda – Artur de Souza Costa, o novo prédio foi construído em outro local com outro projeto de autor diverso ao concurso.

PEQUENA BIOGRAFIA DO ENTREVISTADO

1908 – Nasceu em Belém do Pará no dia 25 de janeiro;

1930 – Engenheiro-Arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, RJ (Grande Medalha de Ouro);

1931 – Prêmio Caminhoá, de viagem à Europa;

1936 – Primeiro prêmio no Concurso de Anteprojeto para o Ministério da Fazenda, em colaboração com o Arquiteto Enéas Silva (projeto não realizado) Rio de Janeiro, RJ;

1938 – Professor catedrático (por concurso) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFRJ);

1952 – Projetos realizados para a Universidade da Bahia: especialmen-

te o prédio da Reitoria e o Museu de Arte Sacra, Salvador, BA;

1954 – Livre-docente de História da Arte da Escola Nacional de Belas Artes (UFRJ) e Professor de História da Arte por concurso do então Estado da Guanabara;

1958 – Projeto realizado para a residência do Sr. Raymundo de Castro Maya (hoje Museu da Chácara do Céu), Edifício tombado pelo SPHAN (Rio de Janeiro);

1965 – Diretor da EMBRATUR e 1.º Presidente da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia;

– 1.ª Restauração do Solar da Marquesa de Santos (Rio de Janeiro);

1980 – Sócio do IBCA (Instituto Brasileiro de Críticos de Arte); Rio de Janeiro, (RJ);

TÍTULOS HONORÍFICOS

– Membro da "Academie d'Architecture de France";

– Membro honorário do "American Institute of Architectos".

ATIVIDADES NO EXTERIOR

– Participação, como Delegado oficial em Congressos de Arquitetura;

– Cursos e conferências sobre Arquitetura Moderna Brasileira apresentados:

– Paris (em francês) na École des Beaux-Arts,
– Londres (em inglês) no Building Center,
– Madrid (em português) na Academia de San Fernando,
– Lisboa no Instituto de Arquitetos e Fundação Calouste Gulbenkian,
– Ministrou diversos cursos sobre arquitetura e artes plásticas que foram, realizados no Museu Nacional de Belas Artes, no Museu de Arte Moderna (Rio) e em diversas instituições.

Atualmente exerce o cargo de Diretor Adjunto do Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, RJ.

DEPOIMENTO

Hoje, 25 de outubro de 1982, às 11 horas e 30 minutos no Salão Nobre do Museu Nacional de Belas Artes, o Museu da Fazenda Federal vem tomar o depoimento do Professor Wladimir Alves de Souza, sobre o "Projeto de construção do Edifício-sede do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro."

Professor, fomos informados de que o senhor tomou parte na elaboração do projeto do Ministério Ministério da Fazenda em sua fase inicial, assim, gostaríamos de obter informação a respeito.

Muito bem, tenho muito interesse em dar um depoimento, porque, os fatos são muito pouco conhecidos e ocorreram há mais de quarenta anos, de modo que passo a apresentar o meu testemunho.

A história da Arquitetura nos mostra a importância do papel capital desempenhado pelo cliente, na qualidade e importância da obra. Não fosse a influência do abade Suger e não haveria Saint-Denis, onde se afirma o nascimento do gótico. Não tivesse tido a igreja católica uma sucessão de grandes Papas e não teríamos a realização de São Pedro de Roma. Sem Julio II a Capela Sistina não teria nascido. Sem Luiz XIV, Versailles não existiria. No Brasil a História repete o mesmo princípio: sem o ouro de Minas e a prodigalidade de D.João V não teriam brotado do solo mineiro as igrejas de Ouro Preto, por influência do rei que construiu Mafra e do seu sucessor Dom José I. Não teríamos igualmente, na era atual sem Gustavo Capanema — neste caso o Brasil — o edifício do Ministério da Educação e Saúde; sem Juscelino Kubitschek, a Pampulha e a grande obra de Brasília; e finalmente, sem o Ministro da Fazenda Artur de Souza Costa, o prédio do antigo Ministério da Fazenda.

Do meu ponto de vista, a existência do cliente é fundamental. É ele quem escolhe o arquiteto; ele é quem proporciona os meios para a realização da obra. Se é um grande homem, é capaz de pensar com grandeza e sabe como escolher os seus arquitetos, resultando da cooperação de duas grandes personalidades uma grande obra. Não quero, entretanto, diminuir a importância do arquiteto e logo faço

uma listagem de grandes nomes correspondentes às obras que eu enumerei na História da Arquitetura: Bramante, Sangallo, Miguel Angelo, Mansart e Le Nôtre, Antonio Francisco Lisboa, Le Corbusier, Oscar Niemeyer e sua equipe, mais uma vez, para os efeitos de Brasília, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

Se o edifício do antigo Ministério de Educação e Saúde, hoje Ministério de Educação e Cultura, representa um marco importante na evolução da arquitetura contemporânea, deve-se, pois, a cooperação de um grande cliente e de um grupo de arquitetos da mais alta qualidade. Naquele momento abria-se para o Brasil um lugar de destaque na arquitetura mundial.

Em contrapartida, o edifício que abrigou todo o Ministério da Fazenda em terreno próximo ao outro revela a personalidade do Ministro e do arquiteto que o construiram. E a associação dos dois não foi particularmente feliz. Todos podem estabelecer a comparação entre os Ministros e os arquitetos; podem comparar as qualidades estéticas e formais bem como analisar o resultado das duas tendências opostas: ecletismo acadêmico agonizante, e o modernismo que mantém depois de quatro décadas, as mesmas características de beleza, dignidade e proporção.

A localização do Ministério da Fazenda, ao que estamos informados, deveria ser na Avenida Passos, o que o senhor tem a informar?

Tudo isso remonta a 1936. Nesse ano foi aberto concurso público de projetos para o novo edifício do Ministério da Fazenda, que deveria ser erguido na área do antigo Tesouro na Avenida Passos. Esse terreno resultou da infeliz demolição de dois edifícios, um dos quais tinha sido construído por Grandjean de Montigny para sede da então Academia Real de Belas Artes, em 1826, e do qual foi salvo o belo pórtico que foi remontado no Jardim Botânico.

Via de regra, entre nós, começa-se pela demolição, mesmo antes de analisar se o local é adequado. No caso do Ministério da Fazenda não era. Deitou-se abaixo um edifício de alto valor histórico e artístico, e o terreno até hoje lá está, vazio e degradado.

Apresentaram-se ao todo, e se bem me lembro, 28 anteprojetos. A comissão julgadora era composta pelos Srs. José Belens de Almeida, representante do Ministério, Hilton Jesus Gadret, Paulo Fragoso, Albino dos Santos Froufe, Aristides F. Figueiredo, Roberto Magno de Carvalho. Tal comissão composta em sua maioria de engenheiros e arquitetos, de comprovada probidade e capacidade profissional.

A 18 de dezembro de 1936 a Comissão assinou a 12.ª ata de encerramento e julgamento final do concurso, com o resultado seguinte: Primeiro lugar – arquitetos Wladimir Alves de Souza e Enéas Silva, segundo lugar – arquitetos Oscar Niemeyer, Jorge Machado Moreira e José de Souza Reis; terceiro lugar – arquiteto Raphael Galvão; além dessa classificação foram conferidas duas menções honrosas, respectivamente aos arquitetos F.F. Saldanha, Carlos Porto e Tupy Brack; e a outra ao arquiteto Paulo de Camargo e Almeida.

Pelo edital do concurso o projeto classificado em primeiro lugar receberia um prêmio de 35 contos de réis e também o direito à elaboração do projeto definitivo, com honorários calculados pela Tabela Oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil. Até então, tudo bem, como se diz na linguagem atual. Mas foi aí que começou a nossa odisséa. Meu sócio e amigo Enéas Silva e eu próprio não tivemos dificuldade em receber o prêmio de 35 contos. Mas, quando se tratou da assinatura do contrato para a elaboração do projeto definitivo, surgiu o problema; andamos de Herodes a Pilatos durante quase um ano. Conseguimos ser recebidos pelo Ministro, por duas vezes, no seu Gabinete, que ficava no edifício à esquina da Avenida Rio Branco com Visconde de Inhaúma.

Éramos recebidos sempre por um senhor de ar soturno e fala macia, sempre frio e cortês: o capitão Zeno Zielinsky. O capitão, sob a sua serenidade aparente era dotado de extraordinária imaginação no despistamento das nossas pretensões, e cada vez achava um pretexto para se justificar do fato do Ministro não assinar nosso contrato. Na época, o montante dos nossos honorários subia a cerca de um mil contos de réis, o que era uma quantia respeitável. Além disso considerávamos ainda mais importante a nossa realização profissional.

Projeto premiado em 1.º lugar e não aproveitado. Arquitetos: Wladimir Alves de Souza e Enéas Silva



Nesse tempo o projeto do Ministério da Educação ia sendo desenvolvido. Capanema anulara o concurso antes realizado, convocando arquitetos de sua confiança, no que fez muito bem. Isso nos animava, numa ocasião em que, após as visitas de Le Corbusier os jovens arquitetos abraçavam convictamente a causa do modernismo, contra a muralha do academismo da sobrecasaca, cartola e lenço de rapé, ainda apoiada pelo oficialismo. O Ministro Capanema teve o descortínio genial de compreender a importância do movimento moderno, ao passo que o Ministro Souza Costa, apesar de ser homem inteligente estava atrasado de 50 anos face às realidades da arquitetura moderna. Queria tudo clássico.

Sei apenas que a 18 de novembro de 1937, o Sr. Souza Costa

deu entrevista a vários jornais anunciando sua intenção de transferir o Ministério para outro local. Isso foi feito, e escolhido o terreno definitivo, na Esplanada do Castelo.

Nessa altura dos acontecimentos, o capitão Zeno já tinha esgotado o seu estoque de desculpas. Já estávamos no Estado Novo.

O sistema tinha abolido os direitos e com o maior desembaraço, o Ministro convocou os arquitetos assalariados do Ministério e confiou-lhes, sob a direção do arquiteto Luiz Moura, a elaboração do projeto definitivo, com isso sentimo-nos esbulhados em nosso direito. Enéas e eu consultamos o advogado Severiano Ribeiro a quem entregamos a causa, e que deu início ao processo judicial contra a União.

Não é preciso dizer que o "kafkiano" processo não demorou muito.

De instância a instância fomos perdendo, até chegar ao Supremo Tribunal e à derrota definitiva. Estava tudo consumado.

Iniciou-se a construção, Freqüentemente eu passava diante do canteiro de obras, até que um dia vi sairem do chão alguns magros pilares de concreto que pareciam ser de um pórtico. Coisa estranha mais uma vez, tudo bem. Sucede que com grande espanto, bem mais tarde, vi que começavam a vestir os pilares com um engrossamento de alvenaria. E depois veio o mármore. Era a colunata dórica, cópia das proporções do Partenon que lá está. Não falta nada: colunas sem base, caneluras, capitel, arquitrave lisa, friso com método esculpidas e tríglifos, cornijas completas.

Ainda hoje contemplo a fachada do meu colega Moura e do Ministro Costa.

A mágoa e a decepção de mais de 40 anos já passaram. Penso agora com serenidade e sem rancor.

Meu amigo Enéas Silva, hoje desaparecido, deixou apenas a recordação de um talento de arquiteto a quem se devem a construção

de excelentes escolas ao tempo de Anísio Teixeira e do Prefeito Pedro Ernesto.

Posso pois apreciar calmamente o bolo de concreto e mármore, coberto com o açúcar decorativo do ecletismo.

Professor, o senhor acha que o seu projeto, dado o tempo que passou, daria para ocupar todas as repartições que existem hoje em dia?

Acredito que devido ao crescimento do Ministério, isso seria difícil mas não impossível, porque já prevíramos uma estrutura capaz de suportar diversos andares superpostos.

Como era a fachada, de que constava?

Eu tenho um único documento que resta disso, é apenas um exemplar de uma revista que se publicava naquele tempo, única revista de arquitetura. Chamava-se a revista "A casa", onde está relacionado o nosso projeto como classificado em primeiro lugar e que dá também uma reprodução do 3.º lugar do projeto de Raphael Galvão.

É fácil de se ver que o nosso projeto era decididamente moderno, com uma fachada em grande plano envidraçado, com brise-soleil, formando um corpo central e nas alas laterais uma sucessão de faixas horizontais contrastando em sentido vertical do centro.

A planta não existe mais, não tenho nenhum exemplar, nem o original, nem mesmo uma cópia.

O que é uma pena!

É uma pena, mas com cinqüenta anos de profissão meu arquivo tornou-se uma coisa tão gigantesca que fui obrigado a destruir a maior parte. Devolvi os trabalhos mais importantes aos clientes, e outros não realizados eu simplesmente destruí.

O senhor acha que a Prefeitura teria arquivado essa planta, ou não? Como o projeto foi o ganhador, não foi registrado na Prefeitura?

Não, o projeto não foi registrado na Prefeitura, muito simplesmente porque nesse tempo isso não ocorria com projetos federais,

e o poder absoluto, não os submetia à Prefeitura; o Ministério da Fazenda construia diretamente, sem tomar conhecimento da existência da Prefeitura e da sua regulamentação. Para esclarecimento, tenho a dizer mais alguma coisa: Embora não tenha os desenhos originais, o esquema que nós adotamos foi de uma planta em H, o que facilitava evidentemente a superfície de ventilação do edifício.

As circulações foram distribuídas de uma forma racional e naturalmente naquela época o problema mais difícil era o da iluminação e da ventilação dos compartimentos, porque nós não tinhamos à nossa disposição os sistemas de compartimentos separados com divisórias móveis, que permitem maior flexibilidade às plantas, na organização e nas alterações que a administração eventualmente possa vir a ter; tudo se fazia em alvenaria, o que naturalmente não só representava uma sobrecarga na estrutura, como dificultaria qualquer transformação posterior do ponto de vista de instalações elétricas.

Mas acredito que ainda assim seria possível e mesmo no decurso, na elaboração do projeto definitivo nós conservaríamos evidentemente as idéias gerais, mas introduziríamos aperfeiçoamentos substanciais no projeto e hoje vejo e sinto que era uma arquitetura de homens que tinham na época, menos de trinta anos e hoje com a experiência que possuo e o conhecimento da história da arquitetura contemporânea vejo que muitas soluções deveriam ser alteradas e é isso que elogio o Ministério da Educação, o qual foi concebido naquele tempo pelos meus colegas e ainda hoje permanece como um exemplo maravilhoso de arquitetura moderna do nosso tempo, mundial, não apenas brasileira.

Qual foi a repercussão na época? A imprensa ficou sabendo que o seu projeto foi rejeitado? Qual foi a reação dos arquitetos e dos engenheiros?

Não houve reação alguma, muito simplesmente porque eu repito, a liberdade de imprensa fora cassada, e os jornais não tomavam conhecimento das misérias alheias. Já foi de nossa parte um ato de extrema coragem mover uma ação contra a União naquela época.

Pira de bronze para iluminação, colocadas em número de duas na fachada principal, foram executadas por Curzio Zani.



Sabíamos que íamos perder essa ação, pois a justiça não tomou conhecimento do nosso direito.

Quer dizer que esse projeto do arquiteto Luiz Moura, foi todo trabalhado conjuntamente com o Ministro Souza Costa, inclusive a entrada principal, que é completamente diferente das demais entradas do prédio, como da Avenida Almirante Barroso, Rua Debret, Rua Araújo Porto Alegre, parece que até a entrada principal o Ministro também influenciou, querendo estilo greco-romano?

Isso não sei lhe informar, muito sinceramente, acredito que sim. Quanto ainda à repercussão do projeto, tenho a dizer o seguinte: — Nunca se soube, nunca foi declarado, que o nosso projeto foi rejeitado, nunca, em nenhuma circunstância. O que se formou foi uma conspiração de silêncio. Ficamos envolvidos numa bruma densa, que não pudemos atravessar, o Instituto de Arquitetos não tomou conhecimento, a classe também não, é claro que o público também não: A imprensa jamais publicaria, teria condições de publicar com a censura do DIP (Departamento de Informações e Propaganda). Naquela ocasião, não teria condições de publicar qualquer depoimento que ferisse de leve as vaidades e as suscetibilidades do governo e de seus auxiliares.

É interessante na época, dois Ministros um ao lado do outro de mentalidade e visão completamente diferentes, isto é, não vamos dizer que o Ministro Capanema concordasse com o projeto, talvez ele deixava o campo aberto para o artista, ele dava liberdade de expressão artística talvez?

É sem dúvida, e o antigo Ministério de Educação e Saúde, hoje Educação e Cultura, teve também as circunstâncias de reunir não apenas o grupo de arquitetos, mas diversos grandes artistas do tempo, haja visto os afrescos de Portinari, a bela escultura de Lipchitz que está apensa a fachada fechada do auditório, as esculturas de Celso Antonio; os jardins de Burle Marx, quer dizer, ele nessa época, o Ministro Capanema, foi realmente o decobridor dos grandes valores que depois se afirmaram na arte brasileira, e isso é muito importante.

Isso tudo se deve a grande ajuda do Professor Rodrigo de Melo Franco Andrade que também influenciou, juntamente com o poeta Carlos Drummond de Andrade essa atitude do Ministro Capanema?

Acredito que sim. Conheço muito superficialmente, o Ministro Capanema como pessoa, que admiro muito e sou particularmente amigo do seu filho, Gustavo Afonso Capanema, que hoje é Diretor Executivo do Museu de Arte Moderna, do qual eu sou Membro do Conselho Deliberativo. Realmente, eu sempre tive admiração pelo Ministro Capanema, pelo seu desassombro e pela sábia escolha que ele fêz dos seus auxiliares no campo da arquitetura e das artes plásticas. Acho, também, que é muito importante assinalar que este homem teve a presciência de que estava batendo na tecla certa, e que o futuro veio confirmar.

Professor, o senhor gostaria de dizer mais alguma coisa sobre o prédio e se entrando no prédio como já deve ter entrado várias vezes para pagar seus impostos, o senhor sentia ou sente alguma coisa, fica emocionado?

Eu não sinto nada, tenho na minha condição atual de Diretor-adjunto do Museu Nacional de Belas Artes, conta na Agência da Caixa Econômica e entro apenas para saber do meu saldo e o resto olho para aquilo como um edifício qualquer, não tenho absolutamente nenhuma forma de rancor nem de frustração, não posso dizer que não tive, mas isto uns anos atrás, a senhora sabe que a grande coisa é envelhecer com serenidade, com tranqüilidade e em paz consigo mesmo.

O Museu agradece esse depoimento que é inédito, porque como nunca foi divulgado através da imprensa escrita, falada e televisada esse assunto, acho que vai interessar a muitas pessoas, principalmente a estudantes de arquitetura.

Muito obrigada e gostaríamos que se o senhor ainda se lem-

brar de alguma fase ou coisa importante que possa acrescentar ao depoimento o senhor por favor, então, nos procure.

Muito obrigada, bom dia.

Bom dia, muito obrigado.

DEPOIMENTO DO SR. ARY FONTOURA DE AZAMBUJA

Local: Auditório do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro

Data: 25 de maio de 1982

Assunto: PALÁCIO DA FAZENDA (Edifício-sede no Rio de Janeiro)

Nota explicativa

Em 1939 o Sr. Ary Fontoura de Azambuja, foi escolhido pelo Ministro Sr. Artur de Souza Costa, para chefiar a Comissão de Construção do Edifício-sede do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro.

PEQUENA BIOGRAFIA DO ENTREVISTADO

O Engenheiro Dr. Ary Fontoura de Azambuja, nascido em 1903, em São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul, diplomado pela antiga Escola Politécnica, hoje Escola Nacional de Engenharia, na turma de 1924, vem aqui, no Ministério da Fazenda hoje, fazer um depoimento para o Museu da Fazenda Federal com o título "Palácio da Fazenda – Edifício-sede no Rio de Janeiro."

Falando um pouco sobre sua pessoa:

– De 1925 a 1927 fez parte da Comissão da duplicação da Estrada Sorocabana, entre as cidades de São Paulo e Sorocaba.

– De 1928 a 1932 trabalhou no saneamento das cidades de Pelotas e Alegrete no Rio Grande do Sul.

– De 1932 a 1938 foi chefe do Serviço do Patrimônio da União no Rio Grande do Sul.

– De 1938 a 1940 foi Diretor do Serviço do Patrimônio da União no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

– De 1939 a 1944 foi chefe da Comissão do Edifício-sede do Ministério da Fazenda, justamente o período da construção do Edifício-sede no Rio de Janeiro, hoje edifício-sede da Delegacia do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro e ocupando também outras repartições de órgãos centrais que não foram transferidos para Brasília.

– De 1940 a 1943 foi Diretor da Divisão de Edifícios Públicos do DASP.

– De 1944 a 1946 foi Chefe da Comissão incumbida do projeto do edifício do Ministério da Fazenda em São Paulo.

– De 1947 a 1958 foi Diretor da Divisão de Obras do Ministério da Fazenda.

NOTA – Tem a satisfação de declarar que, desde o seu ingresso no Serviço Público Federal, de junho de 1932 até julho de 1958, sempre esteve em exercício, sem qualquer interrupção no desempenho do cargo em Comissão, durante um período de 26 anos consecutivos.

Crê também, ser esse, se não o único, um dos raros casos constatados no Serviço Público Federal.

DEPOIMENTO

Dr. Ary, hoje, 25 de maio de 1982, precisamente às 15 horas, o Museu da Fazenda Federal tem o grande prazer de estar colaborando, graças a sua ajuda, com as pesquisas de hoje e futuras, para os arquitetos, engenheiros, historiadores, museólogos, bibliotecários, en-

fim, funcionários do Ministério da Fazenda que queiram pesquisar ou saber como foi a construção deste prédio.

Então vamos dar início às perguntas.

O senhor quer falar?

É, D. Ruth, é para mim, um motivo de satisfação, poder contribuir com o meu depoimento com referência ao edifício do Ministério da Fazenda, construído sob minha direção, por indicação do senhor Ministro Souza Costa.

Muito obrigada. Então vamos dar início ao depoimento.

Como surgiu a sua indicação para Presidente da Comissão de construção do Edifício-sede do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro?

Em 1938 eu chefiava o Serviço do Patrimônio da União no Estado do Rio Grande do Sul, quando foi inaugurado o novo edifício da Alfândega da cidade de Pelotas, por mim projetada e construído. Nesta ocasião, fui convidado pelo Ministro Souza Costa, que presidiu a inauguração, para ocupar o cargo de Diretor do Patrimônio da União no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, bem como para membro da Comissão que seria incumbida da construção do Edifício-sede do Ministério da Fazenda. Ao chegar ao Rio, decorrido mais de um mês, já encontrei a Comissão funcionando na elaboração do projeto do Edifício, que seria construído no terreno resultante da demolição do velho prédio do Tesouro Público, sito à Avenida Passos. Ao me integrar na Comissão, constatei que havia séria divergência quanto ao projeto e ao partido arquitetônico a ser adotado. Alguns membros da Comissão estudavam a solução que preconisavam, enquanto outros desenvolviam a solução que julgavam ser a mais conveniente. Criava-se assim, um impasse de difícil solução. Dada as minhas relações de amizade com o Ministro Souza Costa, fui por ele convocado e interpelado dos motivos da morosidade dos trabalhos, pois estava firmemente empenhado em que o prédio do Ministério fosse construído no menor prazo possível e queria saber o que havia para tal demora e que

providências deveriam ser tomadas para abreviar a ultimação do projeto e elaboração do orçamento das obras. Respondi-lhe com toda a franqueza que, na atual situação, eu só via uma providência: a dissolução da atual Comissão de Construção, manisfestando o meu ponto de vista contrário a constituição de uma Comissão composta de membros com idênticas faculdades deliberativas; porque na minha opinião, essa Comissão não poderia operar eficazmente um empreendimento dessa natureza, que exige, antes de tudo, pronunciamentos rápidos e firmeza de direção. Uma Comissão, teoricamente a forma ideal de cooperação, constitui, na prática, um fator de perturbações e dispersão de iniciativas, especialmente no caso particular de um problema técnico que implica, essencialmente unidade de direção. O Ministro concordou com as minhas ponderações e determinou ao seu chefe de gabinete que providenciasse o decreto de dissolução da então atual Comissão e a lavratura de um novo decreto no qual deveria constar que a Comissão seria constituída apenas de um chefe e dois assistentes, engenheiros do Ministério da Fazenda, indicados pelo chefe da Comissão. Honrou-me Sua Excelência não com um convite, mas com a determinação para assumir a chefia da Comissão, indicando o meu nome à confiança do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para empreendimento de tamanha responsabilidade, ao qual tenho a certeza de haver dedicado todo o meu esforço, desempenhando a tarefa de que fui incumbido, com o maior escrúpulo e a máxima dedicação. Assim, o que houve, realmente, na construção do Edifício do Ministério da Fazenda, foi a organização do que poderíamos chamar de "Escritório Técnico" para efeito de elaboração do projeto, direção e fiscalização das obras, constituído de um núcleo reduzido de auxiliares e de um grupo mais numeroso de engenheiros, arquitetos e desenhistas com funções específicas, subordinadas diretamente ao chefe da Comissão e por ele recolhidos, de acordo com o imperativo do serviço. Dessa forma, foi possível imprimir aos trabalhos a indispensável unidade e conseguir o rendimento máximo permitido pelas circunstâncias, pois nunca faltou o apoio integral do Ministro Souza Costa.

Os elementos que tomaram parte na Comissão eram funcionários do Ministério da Fazenda?

De acordo com o que foi esclarecido anteriormente, somente o chefe da Comissão e os dois assistentes —Petrônio Barcelos e Homero Duarte — eram engenheiros do Ministério da Fazenda, os demais elementos que tomaram parte da Comissão ou "Escritório Técnico" foram recrutados na atividade privada, constituindo um grupo de engenheiros, arquitetos e desenhistas com experiências comprovadas e reconhecida capacidade técnica nas suas respectivas especialidades.

Quem autorizou a demolição do velho edifício do Tesouro Público à Avenida Passos?

A demolição do velho edifício do Tesouro Público, sito à Avenida Passos, foi autorizada pelo governo, para que no terreno resultante da sua demolição fosse construído o novo edifício do Ministério da Fazenda.

Ao iniciarmos os estudos do projeto, constatamos que a área do terreno da Avenida Passos não comportava ou não oferecia condições favoráveis a construção do edifício, destinado a alojar as repartições do Ministério da Fazenda e Tribunal de Contas, cuja área de construção estimávamos em cerca de 100.000 m^2, tendo em vista os imperativos de uma previsão de futuro desenvolvimento. Levamos esse fato ao conhecimento do Ministro Souza Costa e sugerimos que dispondo a Prefeitura de um grande terreno na Esplanada do Castelo, constituido de um quarteirão limitado pela Avenida Presidente Antônio Carlos, Rua Almirante Barroso, Rua Araújo Porto Alegre e Rua Debret, o Ministério entrasse em entendimento com a Prefeitura visando a possibilidade, mediante avaliação, de sua permuta com o terreno da Avenida Passos. O Ministro Souza Costa concordou plenamente com a solução proposta e autorizou-me a procurar o então Prefeito Henrique Dodsworth, a quem telefonou, solicitando que me recebesse no dia seguinte. Foi com grande interesse e até mesmo com entusiasmo que o Prefeito tomou conhecimento da nossa proposta, pois devido a crise dos anos 30, agravada pelas profundas perturbações econômicas produzidas pela segunda grande guerra, lutava a Prefeitura com dificuldade para a venda dos terrenos resultantes da demolição do morro do Castelo, e que, com a construção no local do Edifício do Ministério da Fazenda, os demais terrenos representados por vários



Escultura fundida em cerâmica vidrada, executada sob tema indígena por H.L. Velloso, encontra-se no jardim do 14.º andar.

quarteirões, seriam muito valorizados. Daí o motivo da construção do edifício do Ministério na Esplanada do Castelo e não na Avenida Passos como inicialmente estava prevista.

O Governo na época possuía condições econômicas para edificar o prédio da Fazenda?

Sim. O Governo possuia condições econômicas para edificar o prédio, cujos recursos foram concedidos por créditos especiais durante o período de construção das obras e de acordo com o cronograma financeiro previamente elaborado pela Comissão, tendo em vista o orçamento inicial, submetido em 1939, à apreciação do Ministro da Fazenda e que importava em Cr$ 51.046,00 (cruzeiros antigos). A despesa real aplicada na construção, cujo edifício foi inaugurado em novembro de 1943, atingiu o montante de Cr$ 55.920,00. Verifica-se assim, que houve apenas um acréscimo do custo das obras em relação ao total previsto, inferior a 10%, que é realmente insignificante e deveras surpreendente, considerando que as obras foram orçadas antes da guerra, e iniciadas em setembro de 1939, tendo sido executadas integralmente num período de profundas perturbações econômicas.

Dr. Ary, fale um pouco sobre o Ministro Artur de Souza Costa em relação a construção do prédio: ele era interessado, visitava as obras, dava opiniões?

Pelo que acabamos de expor, fica mais do que demonstrado o interesse do Ministro Souza Costa na construção do Prédio, pois a esclarecida inteligência e ao espírito prático e empreendedor de S.Exa., profundo conhecedor dos negócios públicos, não poderiam passar despercebidos os graves inconvenientes resultantes da dispersão das repartições do seu Ministério em prédios alugados em vários pontos da cidade, bem como a necessidade urgente e inadiável da centralização em um único edifício de todos os serviços do seu Ministério. Durante a construção, visitava semanalmente as obras, discutia com os engenheiros e apresentava sugestões que julgava oportunas.

Houve alguma ajuda financeira por parte do Tribunal de Contas? O prédio também pertencia a ele?

O Edifício, cuja construção foi autorizada por Decreto do Exmo. Sr. Presidente da República, se destinava ao Ministério da Fazenda e Tribunal de Contas.

Não houve qualquer ajuda financeira por parte do Tribunal.

E as críticas à construção do novo prédio, foram favoráveis?

As críticas de um modo geral, com raras exceções, foram favoráveis a construção.

O estilo do prédio foi de inteira responsabilidade da Comissão?

O prédio em suas linhas gerais obedece o estilo chamado de neoclássico que foi escolhido pela Comissão.

Por que a entrada principal é diferente das demais? A idéia foi da Comissão?

Por se tratar justamente da entrada principal, com frente para a Avenida Presidente Antônio Carlos, deveria receber tratamento especial, destacando-se das demais. Assim, entendeu o arquiteto projetista Luis de Moura com o que concordou a Comissão.

Sobre o Salão Nobre, o que o senhor tem a dizer?

O Edifício-sede do Ministério não poderia deixar de ter um salão, especial, com tratamento nobre, reservado às festividades e re-

cepções promovidas pelo Ministro, especialmente para homenagear as comissões econômicas de nações estrangeiras que visitam constantemente o Brasil.

Dr. Ary, sobre o jardim do 14.º andar, gostaríamos de obter várias informações, por exemplo:

– Quem foi o autor do projeto da fonte e das carrancas?

O autor do projeto da fonte e das carrancas foi o arquiteto Luis de Moura;

– A execução do projeto foi após a construção ou durante?

A execução do projeto foi realizado durante a construção;

– Qual o material de construção e acabamento utilizados nas bacias e nas carrancas?

Tanto para a elaboração do projeto, como para a execução da construção da fonte, não houve qualquer pagamento, porque essas despesas estavam previstas no orçamento total das obras;

– O pagamento ao autor do projeto da fonte para a execução da construção da fonte foi à parte ou foi dentro do plano da construção total do prédio?

Tanto para a elaboração do projeto, como para a execução da construção da fonte, não houve qualquer pagamento, porque essas despesas estavam previstas no orçamento total das obras;

– Qual foi o sitema de funcionamento da fonte (alimentação, limpeza, e etc)?

As fontes recebiam a água por gravidade, com a ligação das carrancas ao reservatório superior, localizado na parte mais elevada do prédio, e para a sua limpeza, bastava abrir o registro de descarga para o sistema de esgoto das águas pluviais;

– Qual era o horário de funcionamento e qual o Setor da administração do Ministério da Fazenda responsável pela atividade?

O funcionamento da fonte estava a cargo da Administração

do Edifício. Ignoro que houvesse horário estabelecido para o seu funcionamento, bem como o Setor da Administração responsável;

— Motivos que terão levado os autores do projeto do edifício e as autoridades fazendárias, à época, a darem ao terraço do 14.º andar tratamento tão nobre;

Os autores do projeto não tiveram qualquer preocupação em darem tratamento nobre ao terraço do 14.º andar. Com exceção da fonte e dos cinco painéis em mosáicos, representando lendas indígenas do norte, nordeste e sul do Brasil, colocados na parede atrás da fonte, e mais outros dois laterais, executados com o mesmo material, além de duas esculturas de pouco valor, não pode ser mais simples o restante da construção do terraço, donde se descortina uma das mais belas vistas da Baía da Guanabara;

— O senhor tem conhecimento do novo jardim, sem fontes e sem o funcionamento das carrancas?

Somente hoje, ao visitar, em sua companhia, foi que tomei conhecimento do novo jardim e da supressão da fonte, pois há muitos anos não subia até o andar do terraço.

O senhor acha que o térreo deveria ser preservado? Isto é, mesmo o Ministério da Fazenda não sendo mais arrecadador, nem pagador, todos os guichets e portas de ferro deveriam continuar no lugar originalmente projetádo?

Evidentemente seria lamentável, seja qual for o destino a ser dado ao Edifício do Ministério, que alguém cometesse o crime de introduzir modificações no pavimento térreo que viesse a inutilizar o projeto original. Sinceramente creio, que isso não deveria acontecer, embora seja contrário a retirada dos guichets.

Fale um pouco sobre o dia da inauguração do Edifício-sede aqui no Rio de Janeiro.

O Edifício foi inaugurado em novembro de 1943, com a presença dos Ministros de Estado e altas autoridades federais e estaduais, pelo então Presidente Getúlio Vargas, tendo discursado na cerimônia o Ministro Souza Costa. Após a cerimônia da inauguração, foi



Salão Nobre em estilo Luiz XVI. Os belos lustres de cristal foram oferecidos pelo Banco do Brasil e são de autoria do Professor Oreste Fabri

franqueada ao público a visita a todas as dependências do edifício, sem qualquer restrições, que se prolongou até cerca da meia-noite, com o prédio todo iluminado interna e externamente, constituindo um espetáculo imponente e majestoso.

Como o senhor vê o prédio do Ministério da Fazenda, hoje?

Decorridos perto de quarenta anos da sua construção, o Ministério da Fazenda, ainda é o maior edifício público do Brasil e, na minha opinião, o que mais atendeu, na elaboração do projeto, as necessidades e peculiaridades dos serviços do Ministério para o qual foi construído. As obras de reforma e conservação realizadas pelas autoridades fazendárias têm mantido o edifício no decorrer de tantos anos em boas condições, impressionando favoravelmente os visitantes.

Estamos muito satisfeitos com o seu depoimento, mas há uma dúvida no Ministério da Fazenda, em alguns funcionaríos, que as vezes aparecem no Museu para indagar se na entrada principal não existiam dois leões; por mais que o Museu da Fazenda, através dos seus funcionários, prove, através de fotografias, de documentos, fotografias da inauguração, que nunca existiram leões na entrada principal, mas aqui, neste momento, o senhor poderá dar esta resposta a todos. Existiram ou não os leões na porta principal do prédio do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro?

Eu estou surpreso com essa pergunta, porque jamais existiram leões na entrada principal do Ministério da Fazenda.

Dr. Ary o senhor gostaria de dizer mais alguma coisa, de acrescentar mais alguma informação?

Não. Desejo apenas, manifestar os meus agradecimentos pela oportunidade que me ofereceu o Museu do Ministério da Fazenda, para dar o meu depoimento e prestar alguns esclarecimentos sobre a construção do edifício-sede do referido Ministério.

Dr. Ary, quem agradece é o Museu, a Delegacia do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro, pelo seu depoimento que prestará tantas informações a historiadores, arquitetos, museólogos, freqüentadores do Ministério da Fazenda e que graças a sua gentileza

nos reportamos a 1939, 40, 41, 42 e 43. Muito obrigada e se o senhor algum dia ainda quizer acrescentar mais alguma informação, estamos inteiramente às suas ordens.

Boa tarde e muito obrigada.

Boa tarde D.Ruth e mais uma vez agradeço a sua gentileza.

DEPOIMENTO DO PROFESSOR PAULO WERNECK

Local: Auditório do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro

Data: 16 de julho de 1982

Assunto: PAINÉIS EM MOSÁICO EXISTENTES NO JARDIM DO EDIFÍCIO-SEDE DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO RIO DE JANEIRO

Nota explicativa

O Professor Paulo Werneck, artista especializado, executou em 1943 cinco painéis em mosaico cerâmico, para composição no terraço e jardim do 14.º pavimento do edifício do Ministério da Fazenda.

Paulo Werneck, idealizou a fixação de motivos nacionais ligados à lenda indígena, cuja contribuição é buscada na flora, na fauna e natureza selvagem das regiões tropicais.

O artista recebeu oitenta e cinco mil cruzeiros pelo total do trabalho.

PEQUENA BIOGRAFIA DO ENTREVISTADO

Professor Paulo nasceu em Laranjeiras, no Rio de Janeiro, a 29 de julho de 1907, de pais fluminenses.

É autodidata. Publicou seu primeiro desenho em jornal em 1929. Aprendeu desenho de arquitetura com o arquiteto Celestino Severo de San Juan, grande e generoso amigo.



Perspectiva da escada de ligação dos pavimentos

Trabalhou nos escritórios de Marcelo Roberto, Milton e Maurício. Deve a Marcelo os seus primeiros murais em mosaico.

É funcionário estadual aposentado, tendo exercido por oito anos a Chefia do Serviço de Cartografia do Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do antigo Distrito Federal.

Tem trabalhos no Banco do Brasil em mais de vinte agências dentro do país, um no Uruguai em Paissandú, no Museu da Imagem e do Som e coleções particulares.

Dedica-se ainda ao desenho e a pintura.

DEPOIMENTO

Professor Paulo Werneck, hoje, 16 de julho de 1982, precisamente às 15 horas, o Museu da Fazenda Federal tem o prazer de tomar o seu depoimento que será de grande valia não só para preservar a memória fazendária, como também para pesquisadores em diversas áreas.

Assim, Professor Paulo, vamos dar início ao seu depoimento, por favor.

Permita-me, Ruth, que o ensejo de prestar meu modesto depoimento ao Museu, sirva mais para a evocação saudosa, daqueles que já nos deixaram do que para acrescentar subsídios relativos a esta importante obra – o Edifício do Ministério da Fazenda.

Naquela época predominava ainda a concepção do palácio neo-clássico nos edifícios oficiais. A velha corrente só admitia a arquitetura moderna aplicada a conjuntos habitacionais populares ou às instalações industriais. E o arquiteto Luiz Moura, ainda jovem, mas adepto das formas conservadoras projetou este Palácio.

Mesmo que outros depoimentos já o tenham revelado, desejo exaltar aqui o amor, a dedicação, a competência, a força do trabalho que Luiz Moura dispendeu até o final da obra, concebendo e desenhando minuciosamente todos os detalhes.

A colunata em mármore da fachada principal, réplica do Partenon de Atenas, a escadaria, os vasos, até os bebedouros de bronze, os guichês, tudo enfim.

Humberto Cozzo e Leão Velloso fizeram as esculturas e os relevos.

Não houve murais pintados. Mas no Terraço, igualmente detalhado pelo Lulu (Luiz Moura) ele previu cinco painéis em mosaico. Foi me buscar para fazê-los. E me disse: "Você é da corrente moderna mas sabe desenhar. Vai fazer os mosaicos do Ministério, o tema é livre". Fiquei surpreendido. Tinha terminado meu primeiro trabalho no gênero – os mosaicos do Edifício do Instituto dos Resseguros do Brasil – por incumbência do arquiteto Marcelo Roberto e seu irmão Milton, Maurício o terceiro dos irmãos arquitetos ainda era estudante.

Eu já tinha projetado os mosaicos das faces externas da Igreja da Pampulha, por encomenda do arquiteto Oscar Niemeyer, mas os executei depois do trabalho do Ministério.

Aconteceu que fui colega de ginásio de Marcelo e de Oscar, no Colégio Santo Antonio Maria Zacaria no Catete. Sempre fomos muito amigos. Marcelo e Milton, ainda moços, nos deixaram. Gozo até hoje da amizade de Oscar.

Participava da Comissão que projetou e construiu este prédio, um grande, um inesquecível amigo, o engenheiro Liberato Soares Pinto. Homem de cultura, generoso, fraternal, um grande coração. Também nos deixou.

Desejo testemunhar aqui minha saudade.

O engenheiro Ary Azambuja chefiava a Comissão, certamente se devia a ele o excelente clima de harmonia, compreensão e eficiência que reinava na obra. Quero relembrar também aqui o Major Zeno Zielinsky que facilitava os pagamentos de minhas faturas e o arquiteto

Oto Raulino excelente profissional e amigo. Ele trabalhava diretamente com o Luiz Moura. Não me lembro de outros nomes. Luiz Moura recusou gentilmente meus primeiros estudos – "Estão muito avançados", disse, "Sei que você pode fazer coisa mais de acordo com o estilo do prédio". E assim fiz.

Minha proposta com os projetos definitivos, preço, prazo e etc; foram logo aprovados. Cobrei e recebi oitenta e cinco mil cruzeiros por todo o trabalho. Bom preço na época.

O que nessa época em 1942, 43 se podia comprar com esses oitenta e cinco mil cruzeiros? Porque o Professor Humberto Cozzo uma vez falando com uma pessoa do Museu, ele informou, que a quantia que ele recebeu pelas Métopas (trabalhos que estão no alto da entrada principal), ele comprou um imóvel na Rua Gustavo Sampaio. E o senhor com oitenta e cinco mil cruzeiros o que o senhor fez, ou o que se poderia fazer?

Apenasmente, dei uma entrada substancial no apartamento que tenho até hoje e onde se situa no subsolo o meu atelier.

Então foi bem empregado, hoje em dia não sei se o preço que o senhor cobrasse pelos painéis daria para comprar um imóvel.

Não daria absolutamente.

Por favor, pode continuar.

Moura tinha me dito, "Sei que você pode fazer coisa mais de acordo com o estilo do prédio" e assim fiz.

Trabalhei com modelos. Um dos meus ajudantes pousou de índio. Para a índia pousou uma profissional da Escola de Belas Artes.

O índio representava um bravo que a serviço dos jesuítas defendia as Missões, chamava-se Sepé Tiaraju, a índia não me lembro.

Agora, professor, porque foi escolhido o tema indígena para o terraço do prédio do Ministério?

Já disse antes, que o nosso amigo Moura, me declarou que o tema era livre e eu sempre que posso penso em temas nacionais. O índio, a nossa origem, a natureza.

Um dos painéis representa a Amazônia onde se vê um tucano, outro vê-se patos selvagens, muita água, palmeiras.

E o material foi fácil de encontrar para executar esse trabalho em mosaico?

Bom, a idéia de fazer os mosaicos partiu de Marcelo Roberto, jamais poderei esquecer este nome. Foi na sua época o maior arquiteto do Brasil, juntamente com Oscar Niemeyer, ambos criadores, inventivos e um não copiava o outro; o que era muito importante também. Eu procurando trabalho, procurando me desenvolver e aplicar o meu trabalho, a arquitetura teve um surto belíssimo na época, o governo estava fazendo muitos prédios, institutos que não eram unificados, prédios de MInistérios, ainda não se falava em Brasília e Marcelo me disse — "Paulo, eu conheço Itália, conheço Ravena, porque que você em vez de estar pensando em azulejo, que é uma coisa muito precária, porque que você não tenta o mosaico", e me recomendou a um industrial, Jorge Ludolf, que era dono da Cerâmica Brasileira, que era a maior fábrica de cerâmica do país na época.

Fui recebido com grande carinho por Jorge Ludolf que se mostrou interessado mesmo sendo um industrial, em assuntos não exclusivamente de lucro e pôs a minha disposição as quantidades de mosaico que eu necessitasse, tinha ele na época uma variedade de cores fabricadas com o maior carinho, com material de absoluta segurança e essas cores que hoje não existem mais, é lamentável, nós todos sabemos que a tecnologia progride, mas certas coisas deixam de ser feitas, para atender o imediatismo do lucro. Jorge Ludolf também já faleceu, assim eu fiz o primeiro trabalho para a sede do Instituto dos Resseguros, mas gostara de ressaltar também um outro nome que esquecí. Marcelo me deu a incumbência, João Carlos Vital aceitou logo com grande entusiasmo, ele era um engenheiro, um homem que deveria ser frio, mas ficou muito sensibilizado com o meu trabalho e foi um trabalho pioneiro.

Mas, quando o senhor falou nas peças, que hoje em dia infelizmente jão não fabricam os tons para quem trabalha em mosaico e

que gostaria de ter esta variedade de tons, na Europa também existe esta dificuldade?

Sinceramente não estou bem informado porque eu nunca pude mandar buscar, primeiro, prefiro o material nacional, segundo, eu nunca pude mandar buscar mosaico porque eu nunca fiz pequeninos trabalhos, fiz trabalhos imensos, conforme você vê, as paredes do Instituto dos Resseguros são todas revestidas de figuras, de aspecto da flora e algumas formas também abstratas coloridas de modo que para trabalhar com material pesado como é o mosaico, tinha que ser um material que pudesse encontrar aqui mesmo. Eu não sei se na Europa estão fabricando material de alta qualidade, sei que por exemplo os vitrais estão em decadência, não se encontra vidro de cor, parece que há alguém em São Paulo fazendo, mas não sei de mais ninguém que faça por aqui a arquitetura moderna que pretende se socorrer de todas as formas do passado, manifestações artísticas ligadas a arquitetura não tem tentado vitral, eu mesmo tentei a resina poliester, mas não tem a estabilidade, a qualidade do vidro.

Mas continuando, o senhor estava falando nas pessoas que posaram para o senhor fazer o trabalho.

Sim, eu confesso que sendo autodidata pela primeira vez trabalhei com modelos, um dos meus ajudantes posou para o índio Sepé Tiaraju, para a índia posou uma profissional da Escola de Belas Artes, eu não me lembro quem era a índia, se era a Lua, não me lembro. Desenhei os painéis em tamanho natural sobre papel e também desenhei e pintei um deles sobre tela, ainda existe este trabalho, vou restaurá-lo e oferecer a você para o Museu, se você tiver espaço.

Há sempre espaço para a arte, gostaríamos de saber a maneira como o senhor fez este trabalho, porque sente-se que existe uma durabilidade muito grande no trabalho do mosaico, eles são duráveis passa-se na rua vê-se trabalhos, chove, faz sol, sujam de barro e o trabalho está lá, não acontece nada é só fazer uma limpeza, porque esta durabilidade, como é feita a aplicação dessas peças?

Você não esqueça, estamos em época de eleições, eu já tive painéis de mosaicos pichados. O mosaico sendo queimado em alta

temperatura resiste a todo o tipo de agressão, ele pode ser lavado com soda cáustica, com água sanitária, com qualquer tipo de abrasivo, pode até em caso de extrema necessidade ser aplicado um abrasivo para granito sobre ele, um processo mecânico, o que infelizmente não aconteceu ainda. Agora a aplicação do mosaico para grandes superfícies não pode modernamente ser feito pelo processo direto de Ravena, porque os painéis de Ravena não são muito grandes, eram turmas creio que de artistas jovens ou aspirantes a artistas, simples enfim, que se aplicavam e as obras duravam centenas de anos, nossa época não comporta mais isso, nós fazemos mosaico aplicando em papel com uma cola bastante fraca que é o suficiente para resistir a um recorte desta parte que já está feita e depois isso é entregue a profissionais que chamavamos de ladrilheiro mas depois surgiu a expressão pastilheiro, surgiu em São Paulo, alguns homens de muita capacidade profissional, homens simples, mas que sabiam empregar uma boa massa e eu nunca tive problema com os meus mosaicos, inclusive devo lembrar que na Avenida Rio Branco, houve um prédio da família Paula Machado que é todo revestido em mosaico, em pastilhas que eu transformo em mosaico, o material é o mesmo e que por imperícia do homem que aplicou, o mosaico caiu todo da fachada, o trabalho foi todo refeito menos o meu painel que fica situado numa parte curva da fachada esquina de Rua do Rosário com Avenida Rio Branco, e que foi aplicado por um homem de minha confiança, esse trabalho não foi mexido.

No terraço aqui do Ministério quais foram os pastilheiros ou ladrilheiros que trabalharam com o senhor, foi gente da obra aqui da construção ou o senhor trouxe de fora?

Não me lembro quem me aconselhou, talvez o próprio Jorge Ludolf, uma equipe chefiada por um estoniano que a turma chamava de "Rato Branco", chamava-se Joanes Veiderpass, era um operário de grande capacidade, na sua turma ele tinha alguns parentes, como bom emigrante protegia os seus, mas já havia alguns brasileiros que assimilaram rapidamente os seus ensinamentos e que se tornaram profissionais muito competentes também.

Quanto tempo durou a aplicação do mosaico aqui no Ministério, quanto tempo durou o seu trabalho?



Painel em mosaico cerâmico de tema indígena, executado por Paulo Werneck.

Você tem em mãos um documento, o meu contrato de construção, que estipula o prazo, o prazo foi cumprido, agora a montagem no papel e o preparo dos modelos que em alguns casos eu chego a aplicar as cores com tinta de cola, também fácil de remover, o trabalho é demorado como qualquer estudo de arte, agora a montagem é um pouco penosa e demorada, feita a minha parte, a colacação na parede, dois homens colocam qualquer um desses painéis em um dia.

Depois de tudo pronto o arquiteto Luiz Moura veio ver, falou alguma coisa, fez algum comentário?

Moura ficava o dia inteiro ao nosso lado, vivi intensamente esta obra, isto é não que eu participasse de qualquer solução, discussão, mas eu morava aqui, isto é, eu trabalhava aqui na primeira sobreloja, do lado direito, o Luiz Moura, claro que acima de tudo a figura inesquecível de Ary Azambuja, eles me deram muito conforto na obra, fizeram ligação de água, fecharam com tábuas, porta com cadeado, me deram um atelier fabuloso aqui dentro do prédio.

Aqui no Ministério tem quatro sobrelojas, duas que dão frente para a Avenida Presidente Antonio Carlos, uma dá para a Rua Araújo Porto Alegre e a outra para a Avenida Almirante Barroso.

Foi a da fachada principal, isto é, Avenida Presidente Antonio Carlos, nesta sobreloja que eu trabalhei com todo conforto, é verdade se me permite lembrar, que o trabalho foi iniciado lá em cima no nível do Terraço, num salão aberto com todo desconforto que eu tinha que subir, não havia ainda elevadores, mas isto durou muito pouco tempo, se não me engano não durou nem vinte dias, logo logo que foi possível desempedir a sobreloja, o Moura ou o Ary Azambuja me entregaram este local.

E no dia da inauguração o senhor esteve aqui? Ouviu algum comentário no jardim sobre seus trabalhos?

Eu não estava presente.

Tenho conhecimento de que a pouco tempo o senhor foi chamado para fazer uma restauração nos seus trabalhos, mas se é uma



Painel em mosaico cerâmico de tema indígena, executado por Paulo Werneck.

coisa tão durável, porque os daqui do Ministério já há coisa de dois ou três anos já precisaram de restauração?

Esta restauração consistiu na recolocação de pouquíssimas pedras que tinham caído num dos painéis, agora como é natural, tudo se lava, os painéis foram relavados, como maior cuidado, com maior carinho e levaram uma demão de cera incolor para maior proteção, não que as cores venham a ser atingidas, mas problema da sujeira, mal que não se pode evitar.

O meu trabalho de restauração foi principalmente na parte das esculturas porque o Leão Veloso já era falecido e me foi solicitado que restaurasse a parte superficial das esculturas que foram fundidas em cerâmica vidrada, mas essa cerâmica não resistiu a violência do nosso calor tropical e ela estava fendida em muitas partes e algumas partes faltando.

Se o senhor quizer acrescentar mais alguma coisa ao seu depoimento, inclusive fora de seu trabalho, como o senhor teve uma vivência durante a construção, se o senhor sabe de alguma coisa interessante que não conste de nenhuma publicação, se o senhor quizer acrescentar ao seu depoimento, nós gostaríamos.

Eu queria lembrar a você apenas o seguinte, que sobre o Ministério propriamente o assunto está esgotado, fiz cinco painéis apenas, mas guardo deste trabalho as mais gratas recordações e quero lembrar que fiz muitos trabalhos, cerca de vinte ou mais painéis, quase todos em mosaico para o Banco do Brasil. Eu fui chamado preliminarmente pelo arquiteto Rubem de Almeida Serra, que me submeteu a um concurso entre artistas convidados, ganhei o concurso e fizemos um pequeno trabalho em São José do Rio Pardo, onde tive oportunidade de conhecer a ponte reconstruída por Euclides da Cunha e o pequeno quiosque onde ele, usando notas da época, escreveu os "Sertões" e em seguida surgiram entre outros demais arquitetos do Banco, interesse em fazer painéis desse mesmo gênero, porque inclusive a maior parte dos painéis que eu fiz foram externos a exemplo deste aqui o que prova a resistência do material. E então um arquiteto cujo nome não me recordo, fez um expediente ao Chefe do Departamento

de Bens Patrimoniais do Banco do Brasil, pedindo que eu fosse convidado, isento de concurso, porquanto o trabalho que já estava feito tinha agradado muito, em toda parte se via fotografias do meu trabalho entre os diversos arquitetos do Banco. O arquiteto Rubem de Almeida Serra, sou muito grato a ele, era um bom e excelente amigo, já faleceu recentemente e graças a ele eu fiz esse grande número de trabalhos para o Banco. Cheguei também a fazer um trabalho no Uruguai, na cidade de Paissandú.

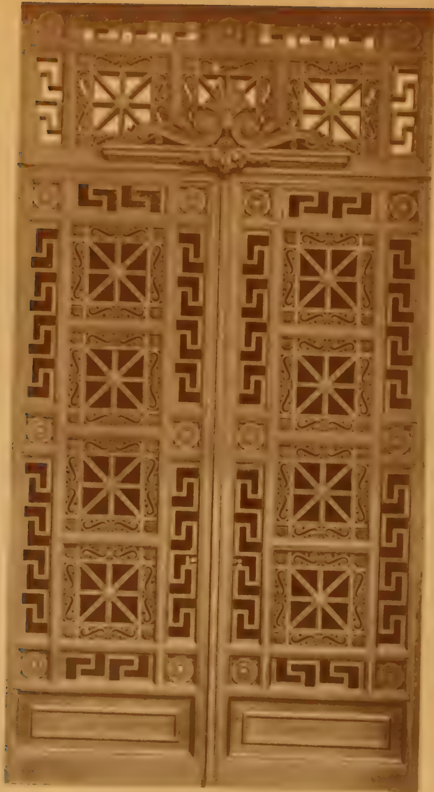
Podemos dar como encerrado o depoimento. O Museu agradece o seu comparecimento e com o seu depoimento e uma série de outros que vamos fazer sobre a construção do prédio, acho que com isso poderemos informar a futuros pesquisadores, informações que não constam de publicações, porque muitas pessoas que trabalharam na construção do prédio infelizmente não existem mais. Eu agradeço e caso o senhor algum dia queira voltar ao Museu para prestar mais algum depoimento estaremos às suas ordens.

Muito obrigada.

Voltarei sim, dentro de poucos dias vou lhe trazer o modelo em tamanho natural do Sepé Tiaraju e trarei também uns estudos preliminares se não me engano aqueles justamente o Luiz Moura recusou.

Muito obrigada, será de muita valia para o acervo do Museu.

Boa tarde.



Um dos portões do pavimento térreo

Entre tantos acontecimentos importantes que assinalam o transcurso do ano de 1943 neste Ministério, a inauguração do Palácio da Fazenda, em 10 de novembro, de relevo excepcional, deve ser mencionada com renovados elogios, tamanha em todos os sentidos, é sua expressão.

O Museu da Fazenda Federal rende homenagens a todos quantos participaram do grandioso empreendimento e contribuiram com inteligência, dedicação e patriotismo; entre muitos artistas que participaram com seu trabalho destacamos:

Paulo Werneck — Painéis em mosaico.

Humberto Cozzo — Placas de bronze, baixos relevos, vasos de granito e bronze.

Leão Velloso — Vasos de cerâmica, bustos do Presidente Getúlio Vargas ~~e Ministro Artur de Souza Costa~~.

Curzio Zani — Piras de bronze.



Busto do Presidente Getúlio Vargas, executado por H.L.Velloso



Busto do Ministro da Fazenda — Artur de Souza Costa, executado por H.L. Velloso



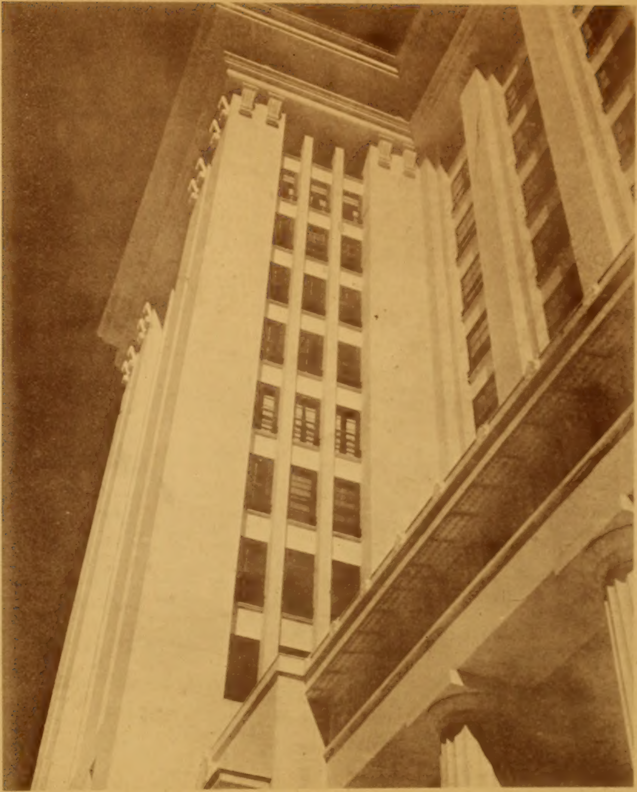
Detalhe de um dos tocheiros de bronze

BIBLIOGRAFIA

Azambuja, Ary Fontoura de – *Relatório da construção do edifício-sede do Ministério da Fazenda.* Rio de Janeiro, 1944. 40 p.

Bulhões, Augusto – *Guia do servidor,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945. 154 p.

Barros, Ulpiano de – *Relatório da Diretoria do Domínio da União.* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944. 244 p.



Um dos ângulos do Palácio da Fazenda

